

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SOCIAL  
TÍTULO DE ESPECIALISTA  
em Ciências Sociais  
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais  
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
1997



# Sociologia da Religião NO BRASIL

**Organização**

**Beatriz Muniz de Souza  
Eliane Hojaij Gouveia  
José Rubens Lima Jarutino**

PUC/SP

ACADEMIA ECUMENICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

UFMG/SP

Falvio

© PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1998

Reitor – *Prof.º Dr. Antônio Carlos Caruso Ronca*

Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais

Coordenação – *Prof.ª Dr.ª Lúcia Maria M. Bógus e*

*Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Michalany Chala*

Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências da Religião

Coordenação – *Prof.º Dr. Ênio José da Costa Brito e*

*Prof.º Dr. Eduardo Rodrigues da Cruz*

© UMESP – Universidade Metodista de São Paulo – 1998

Reitor – *Prof.º Dr. Davi Ferreira Barros*

Pró-Reitor Acadêmico – *Prof.º Dr. Jaci C. Maraschin*

Ass. de Comunicação e Marketing – *Prof.º Miguel de Abreu Rocha*

UMESP/GIPESP Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Sociologia

do Protestantismo

Professor Responsável – *Dr. Antonio G. Mendonça*

Professor Associado – *Dr. Leonildo Silveira Campos*

Assessor Editorial – *Sérgio Barbosa – MTB Nº 16.772/SP*

*Edição do texto: José Rubens Lima Jardimino*

*Coordenação editorial: Sérgio Barbosa*

*Organização: Beatriz M. de Souza, Eliane Hojaij Gouveia, José R. L. Jardimino*

*Revisão: Alice Yoko Horikawa*

*Capa: Jefferson Domingos da Silva*

*Editoração: Marcos B. Velasques*

#### **Enderogo para correspondência:**

*PUC/SP – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais*

*Rua Monte Alegre 984, 4º andar – Perdizes – 05014-901 São Paulo/SP, Brasil*

*Tel./Fax: (5511) 3873.2486 – e-mail [esopos@exatas.pucsp.br](mailto:esopos@exatas.pucsp.br)*

*UMESP – GIPESP/GRUPO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA EM SOCIOLOGIA DO*

*PROTESTANTISMO*

*Rua do Sacramento 230, Rudge Ramos – 09735-460 S. B. do Campo/SP, Brasil – Tel*

*(5511) 7664.7659 – e-mail – [proreitoria@umesp.com.br](mailto:proreitoria@umesp.com.br)*

*Distribuição: Sociedade Religiosa Edições Simpósio/Livraria Teológica de São Paulo*

*Rua Epiitácio Pessoa 87 – 1º Andar – S. 13 – República – 01220-030 São Paulo - SP –*

*Fone: (011) 255-5479 – Fax: (011) 257.11.05*

A publicação deste livro só foi possível graças à colaboração dos colegas professores na reelaboração dos textos preparados para o *Seminário: Pentecostalismo em Debate*, realizado na PUC/SP, 1996, sob o coordenação dos professores *José J. Queiroz, Antonio Gouvêa Mendonça e a professora Beatriz Muniz de Souza.*

## ESTUDOS DA RELIGIÃO NO BRASIL: UM DILEMA ENTRE ACADEMIA E INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

*Pedro Ribeiro de Oliveira\**

### *INTRODUÇÃO*

Convidado a levantar as questões de abertura deste oportuno seminário, não o faço à maneira do analista externo que reúne dados disponíveis e traça um quadro o quanto possível isento, mas como alguém da área querendo explicitar suas contradições e evidenciar problemas não resolvidos. Daí o estilo coloquial que deve ajudar o leitor e a leitora a relativizar meu jeito peremptório de expor o pensamento.

Este enfoque é condicionado não só pelo exercício de minha profissão de sociólogo no Departamento de Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora-MG, como também por minha condição de leigo na Igreja Católica Romana, onde presto assessoria a organizações religiosas e populares.

Essa posição aguça a sensibilidade para certos traços do nosso campo de trabalho. Um deles é, seguramente, a predominância dos clérigos na área católica e de pastores na protestante. Já estamos distantes do tempo em que a religião era sua atribuição exclusiva, mas ainda me acontece ser tratado como "padre", mesmo nunca tendo estudado em seminário nem cursado teologia. Por vezes, preciso

\* *Pedro R. de Oliveira*, doutor em Sociologia pela Universidade Católica de Louvain, Bélgica; professor do Mestrado em Ciência da Religião da UFJF, MG e assessor do ISEER - Instituto Superior de Estudos da Religião.

explicitar que sou católico praticante para que minhas pesquisas ou palestras sobre assuntos religiosos não despertem desconfiança em interlocutores presos à idéia de que só pessoas consagradas e ordenadas estão aptas a ir além do que ensina o catecismo. Enfim, como todo leigo que se intronete no trato de coisas sagradas, estou submetido a uma sutil desqualificação nos ambientes eclesiais.

Por outro lado, minha condição religiosa explícita torna-me suspeito no mundo acadêmico, onde sou visto antes como intelectual da Igreja do que como um pesquisador comprometido com o conhecimento científico.

A partir desse lugar ambivalente (mas não ambíguo) quero levantar quatro questões metodológicas intervenientes na área da religião. Após fazer uma breve consideração sobre o saber científico, quero apresentar certos problemas que vivi e que outros pesquisadores talvez conheçam bem: a dimensão política de um levantamento estatístico, a construção de conceitos sociológicos, a classificação das religiões no Brasil e a avaliação da produção científica.

### O SABER CIENTIFICO

*metáfora do Pescador - Roberto P. Freire*

Fazer ciência é produzir um certo tipo de conhecimento próprio do Ocidente moderno (onde a ciência experimental se separa da filosofia). É uma conquista da Humanidade, mas não é a única nem a melhor forma de conhecimento, pois é sempre parcial: precisa recorrer/construir o real para torná-lo inteligível. Essa redução científica do real impede que ele seja captado em sua totalidade e, no caso da religião, em sua transcendência. É pior, a ciência se cala sobre aspectos essenciais da vida humana: o amor, a felicidade, a saudade, o sofrimento, o êxtase. Apesar disso e de todas as críticas que a ciência merece, insistimos em fazer o estudo científico da religião. Não somos obrigados a fazê-lo, mas se a isso nos dispomos, temos que enfrentar as regras do método científico. E aí aparecem os problemas que quero aqui abordar sem a pretensão de resolvê-los.

*Saber de pensar sempre ruptura*  
 QUESTÕES METODOLÓGICAS *epistemológicas / metodológicas*

O problema de fundo, que atravessa todos eles, é a relação entre o discurso científico e o discurso *nativo*, isto é, a explicação religiosa da religião. Este é um problema para qualquer disciplina científica, pois todo fato humano é conhecido por quem o vive através do saber de senso comum. Desde criança, aprendemos sobre ele, pois a nossa linguagem nos equipara de categorias que, sendo exteriores, gerais e obrigatórias a todos os membros da mesma comunidade humana, classificam cada fato particular numa categoria geral. Ao introduzir outra forma de conhecimento, opera-se uma ruptura epistemológica que dá outra inteligibilidade (teórica, não pragmática) ao real. No caso das ciências do social, tal problema se apresenta, mais intensamente, porque nosso objeto fala e teoriza sobre o que vive, sendo que, ao produzir um saber religioso, essa teoria pode ser altamente elaborada e sistematizada em forma de Teologia.

*Semelhante à Reside aí, uma questão crucial (por vezes, é mesmo uma cruz difícil de carregar): para estudar uma religião é indispensável entender sua linguagem que, por metáforas e analogias, fala de experiências, emoções e sentimentos profundos. Quem pertence a esse campo religioso tem familiaridade com a sua linguagem nativa, enquanto para quem o estuda desde fora, ele é como uma língua estrangeira a ser sempre traduzida para o código científico. Aqui a pergunta: que posição permite lidar da melhor forma com as duas linguagens? A observação externa facilmente descamba para um reducionismo empobrecedor: aquele que transita habitualmente pelos dois mundos linguísticos, com frequência, acaba introduzindo categorias religiosas no discurso científico, pois lhe repugna a redução científica da experiência religiosa. Não é por isso que se deva interditar o estudo científico da religião a seus próprios adeptos, mas há que ser extremamente vigilante para evitar as contaminações. Minha experiência diz que estas inevitavelmente ocorrem, mas penso ser preferível correr o risco de contaminação num conhecimento de boa qualidade científica, do que, de tanto precaver-se contra as interferências da religião, não ir além de trabalhos acadêmicos sem qualquer importância prática.*

*Do Madureira* *Conhecimento → prática*

Relatando aqui algumas experiências pessoais, quero ilustrar o problema metodológico acima apontado, no intuito de fazer avançar seu debate e superar certas heranças positivistas que ainda dificultam o diálogo entre pesquisadores crentes e não-crentes.

### A DIMENSÃO POLÍTICA DA PESQUISA

Embora muito se falasse sobre as CEBs, tudo que podia ser afirmado quanto a seu número eram estimativas díspares, porque os únicos dados seguros a seu respeito provinham de estudos de casos. Uma vez que cada região ou diocese entende a Comunidade Eclesial de Base a seu modo, não havia base suficiente para um estudo comparativo. Basta dizer que, em certos lugares, chamava-se CEB todo grupo de reflexão bíblica, enquanto noutros, dizia-se não existir CEB, porque as comunidades não demonstravam ter suficiente consciência política. Diante desse quadro, muitos assessores pensavam ser conveniente ter um levantamento estatístico das CEBs no Brasil. Assim, em 1990/91 o Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais - CERIS - e a Equipe de Assessoria/ISER elaboraram um projeto de recenseamento das CEBs, cujo êxito dependia da solução de três grandes problemas.

O primeiro era de ordem teórico-metodológica: tratava-se de definir o próprio objeto da pesquisa. O que é CEB? A definição corrente (do senso comum) é mais do que ambígua. Não sendo o fruto de um projeto unificado, quase tudo se pode chamar CEB: pequenos grupos de reflexão e celebração, grupos de militantes, capelas rurais, mas também grandes comunidades renovadas e até centros paroquiais. Para os mais exigentes, as CEBs não existem, são frutos da imaginação de teólogos e sonhadores. Para os mais tolerantes, tudo é CEB, cada qual com seu rosto próprio. Mas um levantamento estatístico de âmbito nacional requer uma definição operacionalizável.

A solução foi esconder essa definição do informante, solicitando-lhe que nos fornecesse apenas os dados correspondentes aos indicadores

por nós escolhidos. Tendo em mãos os dados referentes a todas as comunidades católicas, selecionaríamos as que considerássemos CEBs.

O segundo problema era de ordem técnica: quem seria o informante? Sendo um levantamento pioneiro, nacional e de caráter censitário, não poderíamos recorrer aos próprios animadores e animadoras de comunidades. A Comissão ampliada, que prepara o Encontro Intereclesial de CEBs, tendo uma ampla rede de contatos nas bases, gostaria de fazer o levantamento, mas este não cobriria todo o país, pois só possuiria gente capacitada nas regiões onde as CEBs estão bem consolidadas. Por isso, optamos pelo pároco como informante, mesmo sabendo que nem sempre ele é simpático às CEBs. Assim, conforme o procedimento habitual de coleta de dados do CERIS, enviamos uma ficha bastante simplificada às quase 7.500 paróquias do Brasil e foi iniciado o levantamento.

O terceiro problema, mais grave, era de ordem pastoral ou política: a quem interessava saber quantas são as CEBs, como são e onde estão? As autoridades eclesiais (CNBB, CRB) logo deram seu acordo, mas os representantes das próprias CEBs mostraram-se muito recitentes. A razão talvez residisse no fato de haver se criado em torno das CEBs uma certa aura, um mito que lhes era favorável. Por que então substituí-lo pela realidade? Por que desmistificar um quadro que pode ser politicamente importante? O problema agravava-se por serem informantes os párocos, e haver risco, senão de repressão eclesial, certamente de discriminação, só entrando no levantamento as CEBs que estivessem nas boas graças do padre. Apesar de tudo, foi feito o levantamento, com resultados acima da expectativa (retorno de 40% das fichas enviadas). Os próprios representantes de CEBs os consideraram muito bons e os reproduziram no jornal do Intereclesial.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> O leitor curioso poderá encontrá-los em R. VALLE & M. PITTA: *Comunidades Eclesiais Católicas*; Petrópolis, Vozes, 1994. Para um comentário, P. A. R. OLIVEIRA: *CEBs: o que são, quantas são, o que fazem?*, p. 216, 1994, p. 931-934.

### O PROBLEMA DA CONCEITUAÇÃO SOCIOLOGICA

Qual é nosso objeto de pesquisa? As definições dadas pelos próprios praticantes são auto-definições que, embora devamos considerar, não podemos nelas nos deixar enredar. Sabemos, por exemplo, que o Espiritismo kardecista define-se como ciência dos espíritos e não como religião. Afinal, o que é religião? E. Durkheim já teria resolvido todos os problemas no capítulo I das *Formas Elementares da Vida Religiosa*?

O problema se torna mais candente quando estudamos religiões cristãs, porque estas têm uma tradição de pensamento muito mais antiga do que o pensamento sociológico. Suas categorias teológicas, elaboradas para sua auto-compreensão (p.ex. magro, sacerdote, profeta, carisma, igreja e seita, mito, doutrina, rito), fascinam o cientista, que pode transferi-las para a sociologia (M. Weber) sem submeter essa apropriação a uma revisão crítica que as depure de todo viés teológico. Vejamos, bem concretamente, o problema do conceito de Igreja Católica.

*Todo mundo* sabe o que é a Igreja Católica, menos o sociólogo. Igreja são os padres? É o conjunto de todas as pessoas que foram batizadas? É a organização que se auto-entitula Igreja? Não podemos recorrer ao teólogo, porque este vai dizer que a Igreja é antes o Corpo Místico/Povo de Deus do que sua instituição visível. Ainda que estudemos apenas a instituição visível, não podemos deixar de nos perguntar o que ela visibiliza. Podemos contornar o problema, definindo-a por suas funções (p.ex., como aparelho de hegemonia), mas isso não nos dispensa de ir mais fundo ao problema. Penso que devemos retornar ao conceito original de comunidade religiosa (Durkheim), para então reconstruir teoricamente suas possíveis visibilizações ou mediações institucionais. Assim, podemos relacionar cada comunidade religiosa às suas representações institucionais. Tenho pesquisado por este caminho, mas até aqui não encontrei com quem dialogar sobre os problemas enfrentados e os resultados obtidos.

### A CLASSIFICAÇÃO DAS RELIGIÕES NO BRASIL

O diálogo inter-religioso não tem sido o forte da Igreja Católica no Brasil, mas em 1985/86, o responsável pelo setor de ecumenismo da CNBB procurou o ISEER, propondo refazer a classificação das religiões no Brasil. A CNBB vinha da publicação, em 1984, da 2ª edição do Guia Ecumênico (Estudos n.º 21) e estava preparando uma publicação mais abrangente; queria uma classificação não-católica das religiões do Brasil. Tarefa hercúlea e politicamente muito mais difícil do que o levantamento das CEBS, ainda mais sendo o ISEER um instituto ecumênico em espírito e na prática.

O primeiro passo foi obter a aprovação do projeto pelo Conselho Nacional das Igrejas Cristãs - CONIC. Depois, constituiu-se uma pequena comissão de trabalho com pessoas (não-representantes) de diferentes confissões cristãs, mais cientistas sociais próximos a diferentes áreas (inclusive não-cristãs). O problema apareceu ao se estabelecer os critérios classificatórios: auto ou hetero-classificações? Vale o que as igrejas dizem delas mesmas (p. ex. dissidências ortodoxas da Igreja Católica Brasileira ficam junto com as igrejas ortodoxas ligadas ao Patriarcado de Constantinopla), ou o que dizem os peritos (p.ex. a Igreja Católica Romana na categoria de igreja estrangeira)?

Evidentemente, era preciso levar em consideração o que as igrejas dizem delas mesmas, mas a decisão final seria dada pelos *peritos*. Aí apareciam os problemas: Espiritismo entre as religiões cristãs? Candomblé entre as mediúnicas? Igrejas Católicas Romana e Brasileira em pé de igualdade? Benzeção como variante popular do catolicismo? Os peritos (inclusive aqueles que não tinham filiação religiosa) não eram isentos, pois dificilmente alguém no Brasil tem a ~~graça~~ ~~de~~ todas as suas contos com a comunidade religiosa onde foi criado.

Resultado: depois de quase dois anos, a comissão dissolveu-se com um almoço muito cordial; o ISEER publicou três cadernos sobre as religiões no Brasil com o significativo título de *Sinais dos Tempos*; e a CNBB publicou, por sua própria conta, o *Guia para o Diálogo*

go *Inter-Religioso* (Estudos n.º 52). Quanto à classificação das religiões, continua valendo aquela publicada em 1984... Seria melhor fazer, apesar de tudo, uma tentativa de classificação "de fora" ou deixar as coisas como estão, com cada igreja mapeando o campo a partir de sua própria ótica?

### OS ESPAÇOS DE VALIDAÇÃO DA PESQUISA DA RELIGIÃO NO BRASIL

Desde os anos 50, as igrejas cristãs (no Brasil, a Católica desde os 60) têm buscado nas Ciências Humanas, particularmente nas Ciências Sociais, uma chave de compreensão do mundo e de si mesmas. Tornaram-se sujeito e objeto de estudo. Num primeiro momento, essa abertura às Ciências Humanas se deu sob forma controlada pela própria igreja, com seus centros de pesquisa e institutos universitários produzindo uma sociologia "religiosa", quando não explicitamente "pastoral", normalmente praticada por clérigos devidamente formados em teologia: o CERIS e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento - IBRADES - são os mais evidentes produtos daquela época. Outras ONGs (mais ou menos associadas às igrejas cristãs) também vieram a dedicar-se à pesquisa sócio-religiosa, e disso resultou uma produção científica importante.

Mas persiste, até hoje, um estranho âmbito para as Ciências da Religião no âmbito do campo católico. Embora usem metodologia própria e, sob este aspecto, têm sua autonomia assegurada, devem também estar a serviço da igreja e, portanto, submetidas aos critérios das autoridades eclesiais. Essa ambiguidade manifesta-se, por exemplo, no esforço de formação de quadros científicos que tornem a Igreja auto-suficiente nas diversas áreas das Ciências Humanas e não precise confrontar-se com um pensamento crítico vindo de fora. O campo do pensamento católico é, portanto, atravessado por duas tendências: uma que, em defesa de sua identidade, desconfia de influências estranhas como possíveis fontes de contaminação; e outra

que busca a contribuição advinda da modernidade nos planos filosófico e científico e quer com ela travar um diálogo aberto às críticas mútuas. Nesta última me situo, encontrando não poucos obstáculos. Não vou referir-me aqui às questões internas ao campo católico, mas sim às dificuldades de interlocução com os pesquisadores do campo acadêmico.

Preocupação: acadêmicas  
Persiste em nosso país, uma mentalidade de corte positivista, desfavorável a qualquer estudo da religião, mesmo num enfoque não-religioso. Para essa mentalidade, até há pouco tempo embutida também no marxismo corrente, lugar da religião é no âmbito privado e nas igrejas, nunca num centro de pesquisa ou numa instituição universitária que se preze. Só em tempos recentes, esta mentalidade começou a perder terreno nos meios acadêmicos, devido à contribuição de pesquisas que, abordando a religião, desvelaram dimensões importantes das realidades humanas. Por outro lado, a produção científica, oriunda de organismos ligados a instituições religiosas (inclusive a Teologia da Libertação), extrapolou o âmbito eclesial e chegou ao conhecimento de um público capaz de apreciá-la, mesmo não partilhando a fé cristã. Faivez seja a CEHILA (Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina) o melhor exemplo desse fato, explorando competentemente uma temática quase ignorada pelos historiadores do campo acadêmico. Contradições Acadêmicas

Neste contexto desfavorável pelos dois lados, vem se constituindo a área das Ciências da Religião, área esta que seria o espaço mais adequado ao diálogo entre pesquisadores crentes e não-crentes. No modelo de Thomas Kuhn, essa área seria normalmente ocupada por uma comunidade científica, reunindo pessoas que, tendo produzido alguma pesquisa ou estudo teórico, submetem seus resultados à apreciação das demais, por meio de eventos acadêmicos como congressos, encontros, bancas examinadoras, debates ou artigos e resenhas em revistas especializadas. Ocorre, porém, que em nossa área, formaram-se duas comunidades científicas com pouco contato entre si. Uma oriunda dos programas de pós-graduação em Ciências Soci-

Bi-partite → (1) (2)

ais e que se expressa através de associações acadêmicas como o GT "Religião e Sociedade" da ANPOCS e de revistas como *Religião e Sociedade*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* ou *Novos Estudos do CEBRAP*, e aquela que goza de uma certa oficialidade por sua presença junto às agências públicas de financiamento. <sup>A outra tem por eixo as ONGs ligadas à Igreja Católica, e visibiliza-se principalmente na SOTER (Sociedade de Teologia e Ciências da Religião) e em revistas como a REB, Perspectivas Teológicas, Cadernos do CEAS, congregando preferencialmente pesquisadores das igrejas cristãs.</sup> Há poucos pontos institucionais de contato entre essas duas comunidades, embora muitas pessoas estejam ligadas a ambas. O ISEER tem procurado fazer a ponte entre elas, mas só quem dele participa sabe em quantas tensões isso implica.

O diálogo entre os membros dessas duas comunidades é raro. Em geral, pesquisadores ligados à comunidade "religiosa" são tratados como bons informantes, mas não como interlocutores da comunidade "oficial". Basta pensar quão raro é ver a REB citada como revista científica, embora artigos de Ciências Sociais ali publicados nada fiquem a dever em qualidade aos que se veiculam em periódicos acadêmicos. Por outro lado, as igrejas pouco fazem uso do saber produzido nos programas de pós-graduação, como se o caráter acadêmico de um estudo o desqualificasse como fonte de inspiração para a prática. É claro que, reportando-se a espaços distintos, ambas as comunidades devem ter sua identidade e seus limites respeitadas, mas certamente poderiam existir mais e melhores pontes entre elas.

Na construção dessas pontes de diálogo, muitos passos ainda devem ser dados. De um lado, é fundamental o fortalecimento da comunidade de Teologia e Ciências da Religião, ainda bastante difusa no seu conjunto. A SOTER foi, sem dúvida, o primeiro passo de importância nesse processo, enquanto a ANPTER ensaia seus primeiros passos no sentido de ganhar o reconhecimento público dessa comunidade, representando os programas de pós-graduação da área junto às agências governamentais de fomento à pesquisa e ensino

pós-graduado. A consolidação dessas associações como espaço autônomo e não-ecclesial de validação da produção científica já constitui um fato novo, capaz de engendrar uma proveitosa relação com as associações congêneres.

Da parte da comunidade acadêmica, um sério obstáculo ao diálogo parece-me residir no domínio do discurso *nativo*. Quando se estuda uma religião, o primeiro cuidado é o de entendê-la em sua especificidade e captar sua auto-compreensão. Contudo, no caso de pesquisas sobre o catolicismo, freqüentemente ocorrem erros de interpretação quando o pesquisador aplica o código que aprendeu no catecismo para entender, por exemplo, a Teologia da Libertação. O mau uso dos códigos religiosos gera, por vezes, incompreensões que dificultam o diálogo, podendo até mesmo indispor pessoas cujas pesquisas só teriam a ganhar com sua cooperação.

Assim, nesta área de estudos tão vasta e que reclama o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis para a pesquisa, encontramos ainda poucos espaços de diálogo e cooperação entre as duas comunidades, a meu ver, mais por causa de antigos preconceitos do que por obstáculos reais ao seu entendimento. Por conseguinte, quem não se contenta em produzir um saber científico útil à sua igreja, mas busca também sua validação pela comunidade "oficial", por vezes acaba falando sozinho. Por outro lado, o pesquisador da área acadêmica dificilmente consegue dar à igreja que estuda um efetivo retorno do seu saber. E é com uma reflexão sobre os resultados práticos de nossas pesquisas que desejo concluir este depoimento.

CONCLUSÃO

DILEMA

Fazer ciência é vocação; pesquisa é paixão, e no caso da religião, principalmente, tem muito a ver com ajuste de contas. Mas é também disciplina e método, e este só pode ser devidamente apreciado e validado por colegas pesquisadores. Não nos basta encontrar uma resposta satisfatória para nossa pergunta, nem formular uma te-



oria que tome o real inteligível para nós, se os colegas não tomam conhecimento desses resultados. Valdade claro que sim, mas também porque faz parte do nosso ofício compartilhar o saber. O saber científico, pelo menos no que concerne às ciências do social, não é para levar vantagem, mesmo porque não dá patentes nem royalties. O meio de transação em nosso campo é antes o prestígio do que o sucesso econômico (se bem que as verbas públicas e bolsas, ainda que pequenas, são sempre bem-vindas). Por isso, todos buscamos a legitimação acadêmica de nossa produção científica como um bem valioso.

Mas para muitos de nós a busca do prestígio acadêmico está longe de ser o principal motivador do trabalho de pesquisa. Reconhecendo a importância da religião na vida social, pesquisamos esse campo não somente para satisfazermos uma paixão intelectual, mas porque esta é uma forma importante de contribuir na construção de um mundo realmente humano. Penso de modo especial na questão da Paz. As religiões têm promovido guerras, mas constituem-se também em instrumentos de paz e de harmonia com a natureza. Estou convencido de que a paz entre as religiões é um dos degraus indispensáveis para a Humanidade alcançar um dia a paz social e a harmonia ecológica. Mais que isso, alimento a antiga utopia que pretendo fazer das igrejas cristãs instituições voltadas para o serviço da Paz e da reconciliação da Humanidade consigo mesma e com a natureza. Essa motivação impulsiona crentes e não-crentes, e é certamente um fator de nosso interesse pelo diálogo que favoreça a melhoria de nossa produção científica. Nesse sentido, a consolidação da comunidade científica no campo das Ciências Sociais e das Ciências da Religião só pode ser saudada com entusiasmo, e é isso que me fez vir, com muito gosto, participar deste seminário de estudos.